

Quando os teóricos saem do armário

When theorists come out of the closet

Jessé Guimarães da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo uma melhor compreensão de um tipo de relacionamento sexual – a relação entre homens –, sobre o qual percebo haver uma carga de preconceitos, oriundos de um viés moral. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, o estudo de artigos, livros, dissertações e teses, nas áreas de psicologia e medicina, de diferentes autores que se dedicaram ao estudo do tema serviram de alicerce, com especial relevo aos trabalhos de Jurandir Freire Costa. No tocante ao recorte temporal, o texto passa, brevemente, pela Grécia e Roma Antiga, e discute o ocidente, especificamente o Brasil, nos séculos XIX e XX. Desta forma, o aprofundamento nos diferentes modos históricos de compreensão dessa forma específica de relação amorosa pareceu uma alternativa de auxílio à realização deste objetivo. É importante destacar que, ao aproximar estes modos históricos, o autor não tem por fim a simples comparação entre eles, mas sim dar atenção a uma diversidade de relações amorosas entre homens construídas ao longo dos tempos.

Palavras-chave: homossexualidade; Psicologia; Medicina.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to lead to a better understanding of a particular type of sexual relationship – the one between men – about which I have noticed a great load of prejudice, that has its origins in a moral aspect. During the development of this work, the study of articles, books, essays and theses in the medical and psychological fields from different authors,

Clio-Psyché – Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia

served as a basis, specially the works of Jurandir Freire Costa. As far as time is concerned, the text goes briefly through ancient Rome and Greece, discuss the Occident, particularly Brazil, both in the XIX and XX centuries. This way, a deep look of the different historical ways of understanding this specific kind of love relationship seemed like an alternative to help this objective. It is important to note that, in putting these two historical ways together, the author does not intend to show a mere comparison between them, but rather draw the attention to the diversity of love relationships between men along history.

Key words: homosexuality; Psychology; Medicine.

*“Devemos à Idade Média as duas piores invenções da humanidade:
o amor romântico e a pólvora”*
André Maurois

Relações sexuais no mundo antigo

A partir de uma das obras de Freire Costa, intitulada *Os gregos antigos e o prazer homoerótico* (1994), sabemos que no cotidiano da Grécia Antiga a relação sexual entre um homem mais velho e um rapaz jovem (denominados *erastes* e *erômenos*, respectivamente) recebia aprovação, sendo tomada como modelo de ética amorosa. Tal circunstância justificava-se pelo fato de a sociedade a encarar como “a mais nobre forma de aparecimento do eros aos mortais” (p. 6).

Já algumas ruas de Roma entre os séculos III e IV a. C., afirma Salles (1982), serviam de palco onde meninos e meninas, em troca de algo que lhes garantisse a sobrevivência, eram oferecidos a qualquer cidadão que quisesse obter um tipo de diversão (p. 176). Ou seja, neste pequeno exemplo, o sentido da sexualidade remete à simples busca do prazer, que está ao alcance de qualquer cidadão romano. Diferente desta realidade, na *Mnemosine* Vol. 1, n. 2 (2005) - Artigos

Grécia Antiga, uma pequena parcela da elite cultivava a relação amorosa apenas como algo voltado para a formação do cidadão.

Mais uma vez diversamente da realidade romana, na Grécia Antiga o uso dos prazeres sexuais, segundo Freire Costa (1994), além de não se restringir a pessoas de estratos sociais diferentes, devia apresentar-se como um valor a serviço da honra do cidadão. Virtuosa e revestida de dignidade, a afirmação deste tipo de relação fazia parte da formação de caráter e educação do cidadão. Este era encarado como ativo e másculo devido a suas relações sexuais com jovens, moças, mulheres e escravos. A prática sexual era o caminho utilizado para expressar, de maneira evidente, estes valores.

O que vemos na Grécia Antiga, nessa relação amorosa especificamente, mostra um homem mais velho, revelando sua virilidade, e um mais jovem, em formação de caráter. Assim, vemos que cada um acaba por assumir uma posição diante da sociedade. Baseado nisso, caso um homem mais velho fosse encontrado na posição comumente adotada pelo mais jovem, tal conduta social seria tratada como indigna, já que não atenderia aos fins de formação de caráter e aprendizado de valores.

Cabe ressaltar que a expectativa social acerca desta relação amorosa não aceitava comportamentos exagerados, que expressassem excessos, ou uma conduta simplesmente passiva – associada a escravos e mulheres –, limitando-se a uma postura comedida. O cenário em questão apresentava uma sociedade permissiva quanto a este tipo de amor, o que cooperava para a vigência de alguns dos ditames sociais da época: o escravagismo e o machismo. Assim, firmava-se a legitimidade e o respeito pela posição ativa assumida por estes homens em detrimento da postura passiva, adotadas nas relações por escravos e mulheres. Identificamos,

então, a necessidade de o homem apresentar virilidade e se mostrar superior diante de mulheres, escravos(as), crianças e outros grupos sociais considerados inferiores.

O olhar de muitos autores da Roma Antiga sobre a “homofilia” pautava-se em uma aceitação social. Se algo fosse tomado como elemento perturbador da uma natureza – entenda-se por natureza a “sociedade, ou uma espécie de ideal ecológico, visando o autodomínio e a autarcia” (VEYNE, 1986: 41) –, isto não dizia respeito à particularidade da relação entre homens, mas era vinculado a relações que se sujeitassem a duas idéias principais: a servilidade e a sofisticação. A primeira traz à cena um cidadão que, tendo “complacências servilmente passivas” com um escravo ou sendo penetrado fisicamente por um homem mais jovem, remete a idéias de humilhação e desprezo. Já a segunda aborda um indivíduo libertino, motivado pelo instinto sexual, cujos gestos e atitudes ultrapassavam os limites colocados pela natureza.

Advertidos por Veyne (1986), voltando o foco discursivo para a temática da atividade/passividade, torna-se necessário entender que o objeto em questão não é a afirmação das características de gênero, mas sim uma prática onde o homem exercia sua liberdade em busca de um prazer para si e voltado para a honra do cidadão.

Com a leitura de diversos estudos atuais, deparamo-nos com análises e teses sobre a “homossexualidade moderna” a partir de uma comparação com o estilo de vida defendido e vivido na Antiguidade grega. Tendo em vista que termos como “sexo” e “sexualidade” não existiam na época, e que é a partir deles que a “homossexualidade” e a “heterossexualidade” passam a ser discutidas, torna-se pouco produtivo o *emparelhamento* entre a conduta de vida preconizada pelos antigos gregos e

o entendimento contemporâneo sobre relação sexual. As afirmações de Freire Costa (1992) tecem a identificação da homossexualidade com o que as ideologias jurídico-médico-psiquiátricas do século XIX nomeavam como pederastia ou perversão e classificavam como objeto de tratamento. O autor indaga se

uma ‘homossexualidade’ como a grega, que impedia contatos físicos entre homens adultos, coito anal e manifestações apaixonadas dos parceiros seria a mesma ‘homossexualidade’ descrita como ‘perversão’, ‘desvio’ ou produto de ‘disposições genéticas’, conforme a ideologia do momento (...) Uma ‘homossexualidade’ recomendada como louvável e praticada por toda elite moral, intelectual, política, artística, guerreira, religiosa de uma sociedade culturalmente sofisticada como a grega, seria a mesma ‘homossexualidade’ das minorias ‘gays’; dos encontros clandestinos em guetos: da culpa e da vergonha presentes na esmagadora maioria dos que sentem tal tipo de inclinação erótica? (p. 6).

O que se verifica é que características muitas das vezes atribuídas a um “homossexual”, como a presença de traços femininos, por exemplo, acabam levando a uma descrição pobre da subjetividade. Assim, Dover (*apud* FREIRE COSTA, 1994) pergunta se não existe uma homossexualidade fora deste conjunto de atributos. Torna-se questionável a existência de um suposto “substrato” universal da homossexualidade, capaz de traduzir todas as suas possíveis expressões no tempo e no espaço.

Dois pontos que podemos destacar por cooperarem para a constituição e consolidação da idéia contemporânea de homossexualidade, e que buscam, de certa forma, apreender semelhanças com o que era observado na Grécia, são: a sua redução explicativa ao ato sexual entre pessoas do mesmo sexo e a organização de uma “família nuclear” onde seus personagens (pai, mãe e filho) possuem papéis definidos.

Para finalizar esta introdução, cumpre dizer que o presente artigo questiona a simples comparação entre as diversas práticas homossexuais existentes na atualidade e as relações amorosas entre homens na Grécia Antiga. Através deste caminho, torna-se também possível a discussão acerca do rótulo de “homossexualidade” atribuído às práticas atuais.

Assim, vemos como instigante a proposta de incluir neste estudo da homossexualidade um conjunto de práticas, valores e princípios da conduta humana. Um ponto importante para o nosso estudo é que o contexto em questão revela que a constituição e preservação destas condutas tinham sua matéria-prima nos interesses políticos, sociais e econômicos.

A partir desta pequena apresentação dos entendimentos grego e romano sobre as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, faço o convite para percorrermos um caminho, pelo século XIX, formado pelas várias noções e idéias de homossexualidade construídas tanto pelo pensamento médico quanto pelo pensamento psicológico.

Afinal, de quem estamos falando?

Os dois últimos séculos são marcados por constantes e profundas transformações da compreensão da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. A partir da Antiguidade Clássica, à medida que a moral cristã se afirma como parâmetro para as regras do bem viver, tal relação passa, progressivamente, a ser compreendida como uma falha moral, um pecado.

Esta compreensão se mantém durante toda a Idade Média e início da Idade Moderna. Entretanto, nos séculos XVIII e XIX, autores relatam a existência de uma “homossexualidade” vivendo sob o jugo da anormalidade,

clandestinidade, buscando refúgios contra a repressão da Igreja e da sociedade.

É no século XIX, contudo, que se verifica a busca pela definição do que hoje poderíamos entender como homossexualidade. Assim, deparamo-nos com uma medicina baseada fortemente em aspectos físicos, observando a homossexualidade a partir de exames clínicos e diagnósticos, tentando abarcar a temática dentro de uma proposta terapêutica.

Destaca-se, por volta do ano de 1869, o surgimento da figura do *homossexual* nas idéias do médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny. A partir desta definição, segundo o médico-legista Leonídio Ribeiro¹, vemos que a tendência homossexual

passou a ser estudada à luz da ciência, verificando-se que se tratava de uma ‘anomalia’ caracterizada por uma preferência, do ponto de vista sexual, (...) que um indivíduo manifesta de modo ativo, passivo ou misto, por outro indivíduo do mesmo sexo, quer seja homem ou mulher (apud TREVISAN, 2000: 178).

Assim, a formação de um corpo conceitual sobre a homossexualidade, com enfoques ditos “mais rigorosos e menos subjetivos” (TREVISAN, 2000: 178), transfere do ambiente religioso ou jurídico para a ciência qualquer possibilidade de abordagem do fenômeno. A homossexualidade deixa de ocupar o *status* de vício ou crime, responsabilidade do indivíduo, e passa a ser encarada dentro do quadro de doenças, passível de exame, avaliação e tratamento. Baseado em autores europeus, o jurista Viveiros de Castro, especializado em Direito Criminal, sublinha este fenômeno ao definir o homossexual, também conhecido como *uranista*², como vítima de uma “inversão congênita ou psíquica”, comprometendo os “elementos integrantes da personalidade” (ibidem: 179).

Viveiros de Castro é influenciado pelas idéias de Cesare Lombroso (1836-1909), um dos pioneiros da antropologia criminal, cuja teoria do *delinqüente nato* afirmava que certa “fragilidade do sistema nervoso” poderia levar ao surgimento de um comportamento degenerado, o que incluía, dentre outros, a homossexualidade. Lombroso media algumas partes do corpo das pessoas, principalmente criminosos, a fim de relacionar características fenotípicas com a degeneração criminosa.

Além de Lombroso, o criminologista italiano Gregório Marañón apresentava uma explicação da homossexualidade cujo viés passava por um caráter biológico. Segundo tais idéias, homens e mulheres possuem tanto características masculinas quanto femininas devido a um desequilíbrio do sistema endócrino. A posição-limite entre os dois sexos é definida como *intersexual*, o que pode funcionar como uma predisposição à homossexualidade se tiver a influência de elementos exógenos. Influenciado pela definição de Marañón, Afrânio Peixoto³ cria o termo *missexual* para designar uma mistura dos elementos masculinos e femininos presente nos homossexuais.

Ao longo do século XIX, a psiquiatria concorre para o desencadeamento de uma série de conseqüências, dentre elas a inclusão dos desvios, anteriormente classificados como crimes, no quadro de doenças. Desta maneira, o indivíduo, antes encarado como transgressor da norma, agora é visto como “vítima” de um fenômeno “natural”, o que retira dele a culpa por um ato que ele próprio comete. Assim, segundo Pereira (1994), a partir de textos de 1930 viam-se esforços para retirar a homossexualidade do campo da religião, do direito e da moral, transferindo-a para a esfera da medicina, com traços do pensamento psicanalítico freudiano e biológico-organicista.

Este pensamento científico já era identificado na segunda metade do século XIX, na Europa. Situado e influenciado por este contexto, o Brasil assiste, em 1930, ao surgimento de uma “medicalização do sexo”, iniciada por estudos envolvendo sexualidade, prostituição, homossexualidade, entre outros.

Será, portanto, nas primeiras décadas do século XX, baseado nas idéias de Cesare Lombroso, que Leonídio Ribeiro e sua equipe desenvolverão estudos com homossexuais, visando a identificar indivíduos com “desvios patológicos” e a propor uma cura. Leonídio Ribeiro nunca chegou a definir a figura de um homossexual. Entretanto, baseado nas informações das pesquisas deste, Green (2000: 203) diria que um homossexual, para a época, seria “um homem jovem, de peso abaixo da média, altura mediana e braços e pernas mais compridos do que o normal, com tórax pequeno”.

Pereira (1994) investiga quais eram os discursos que, ao redor da década de 30, articularam-se na abordagem e leitura da homossexualidade no Brasil. Observa-se como um dos pilares desta discussão a valorização que o meio médico-científico atribuía à questão das categorias masculino e feminino, enquanto gêneros caracterizados e diferenciados e, conseqüentemente, a necessidade de ordenação dos mesmos.

Hipóteses sobre a origem da homossexualidade

Estudos científicos do final do século XIX tendiam à pluralidade, com o surgimento de hipóteses diversas acerca da “origem” da homossexualidade. Os dispositivos responsáveis ou influenciadores deste

“fenômeno” traziam em suas sombras tanto aspectos fisiológicos e comportamentais quanto fatores sociais.

As causas da anomalia homossexual, segundo o médico oitocentista Viveiros de Castro, podiam estar ligadas a fatores externos ou a fatores internos. Dentre tais fatores, destacam-se o encarceramento, problemas congênitos que prejudiquem o desenvolvimento glandular, alteração psíquica caracterizada pela aquisição de gostos femininos e a opção por profissões que não “demandam qualidades viris” (TREVISAN, 2000: 179).

O tema da sexualidade no Brasil aparece também relacionado com outras temáticas, como a noção de “raça”, através da qual se desenvolviam abordagens como a da determinação biológica das formas de comportamentos de determinados grupos raciais, além da idéia de intersexualidade ou missexualidade

Entre o inato e o construído

As idéias sobre a homossexualidade pertencentes ao contexto intelectual do século XIX revelam correntes de pensamento que acabam por impelir o indivíduo – “homossexual” – a um caminho em que este se depara com uma crítica geralmente moralista.

Veriano de Souza Terto Júnior (1997), em sua tese de doutorado, intitulada *Reinventando a vida: histórias sobre homossexualidade e AIDS no Brasil*, traz o desafio de pensar a construção da identidade homossexual no Ocidente. Como possibilidade para esta investigação, apresenta duas possíveis perspectivas: o Essencialismo e o Construtivismo Social.

O Essencialismo caracteriza um conjunto de teorias que surgem relacionadas ao evolucionismo no século XIX. Seu olhar sobre a

sexualidade usa como critério verdades ou referências baseadas na lei natural.

A perspectiva essencialista revela nuances segundo a doutrina da política que a atravessa: o absolutismo ou liberalismo. No caso do primeiro, a sexualidade apareceu enquanto um conjunto de “forças destrutivas e sinistras” (p. 10), necessitando de instituições, como o casamento e a monogamia, capazes de controlá-las. Já o liberalismo observa a sexualidade como algo saudável, mas que se encontra reprimido e precisa ser liberado. Este pensamento se fez presente, por exemplo, em movimentos sociais pela liberação sexual, em meados do século XX.

Segundo Terto Junior (1997), o surgimento das teorias essencialistas no final do século passado [XIX] “marca o nascimento da sexologia e da pesquisa científica em sexualidade, que a partir daquele momento é baseada na teoria dos instintos e impulsos internos, passando a enfocar principalmente a conduta individual, colocando em segundo lugar aspectos sociais e culturais” (p. 11). Assim, a homossexualidade é definida como inata e originada a partir de um erro, o que acaba por padronizar toda silhueta comportamental do indivíduo homossexual. Para Terto Júnior (1997), isso se torna um ônus, pois acaba por tentar sistematizar um comportamento homossexual, ou seja, trazer uma racionalidade para o que é da ordem do humano, e que por si só já escapa a expectativas e definições.

Pelas décadas de 60 e 70 do século XX surgem as primeiras perspectivas construtivistas, que vêem a sexualidade enquanto construto social, cuja formação se dá dentro de forças históricas e sociais. Estas perspectivas mostram-se flexíveis quanto às suas afirmações e direções, o que permite que haja rupturas e novas conexões ao longo da constituição da sexualidade. Neste sentido, em comparação com a padronização rígida dos

comportamentos sexuais sistematizada pelas teorias essencialistas, Terto Junior (1997) afirma que a retirada da homossexualidade das esferas religiosas e do direito pode ser vista como algo benéfico.

O contexto em que surge o construtivismo é citado por Terto Junior:

a historicização da sexualidade e o questionamento social marcaram a entrada em cena de antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos, muitos deles ativistas de movimentos sociais, o que ampliou a interdisciplinaridade dos estudos sobre sexo, e também problematizaram as articulações entre movimentos sociais e a academia (p. 17).

Os construtivistas, de modo geral, enfocam o debate e o questionamento de “pressupostos ideológicos” naturalizados enquanto estrutura peculiar à sexualidade, além de refletir como as suas representações interagem no âmbito social e individual. Além disso, suas perspectivas possibilitam avanços nas pesquisas desenvolvidas sobre a homossexualidade, permitindo “compreender histórica e socialmente as condições de pressões sobre os homossexuais” (p. 23), e como tais pressões categorizavam as práticas entre os homens e suas identidades. Entretanto, alguns pesquisadores criticam a possibilidade do movimento construtivista

ser desmobilizador do movimento homossexual, ao pressupor a homossexualidade como uma categoria simbólica relativa a determinados contextos culturais (...) uma invenção da ciência ou produção do capitalismo, assim negando a homossexualidade como uma realidade concreta, explicando-a apenas como uma construção social (p. 24).

Com este dado, não podemos deixar de registrar o quanto as subjetividades que, ao longo dos tempos, participaram na expressão de uma homossexualidade foram alvo de análises em áreas e disciplinas que, constantemente, entravam e saíam de cena. Se o construtivismo, num dado

momento, responde por uma visão nova e confere maior amplitude ao homossexual, pode ser também entendido como fazendo da homossexualidade algo simbólico, apenas relacionado a condições sócio-históricas.

Esforços políticos pelo “bem” da sociedade

No Brasil, os anos de 20 e 30 do século XX ficaram marcados por mudanças expressivas nas áreas da industrialização e urbanização, muito influenciadas pela crise do regime político e pela Grande Depressão nos EUA. Diante de tais fatos, são verificados, na sociedade brasileira, pequenos focos de questionamento, principalmente na região Sudeste.

Green (2000) aponta para uma sociedade – ou apenas uma pequena parcela da sociedade – que desafia o Estado ao se colocar “fora de controle” no momento em que mostra suas “inquietações políticas e sociais”. Ancorada pela mesma estratégia, a expressão de uma subcultura homossexual presente em jovens dos centros do Rio e São Paulo acabava sendo vista pelos membros da medicina legal como “conduta imoral e degenerada e cujo comportamento desafiava os padrões estabelecidos de masculinidade e feminilidade” (p. 192).

Apoiada, quanto ao estudo da homossexualidade, no ideário positivista – visão influente desde a segunda metade do século XIX –, a medicina colocava a ciência aplicada como “mola propulsora do progresso social e mantenedora da ordem social” (*ibidem*), atribuindo ao Estado a incumbência de intervenção e resolução dos problemas sociais. O Estado, por sua vez, buscava diluir ou neutralizar conflitos sociais na tentativa de retomar uma dinâmica favorável entre os “órgãos do corpo social”, ou seja,

entre as classes ou instituições da sociedade. Desta maneira, incentivava o estudo de meios para detectar estes “desvios morais” da homossexualidade e corrigi-los em prol de uma sociedade saudável e ordenada.

Esta forma de entendimento se justificava no novo modelo para compreensão da sociedade. Até os séculos anteriores, esta era comparada pela ciência a um “relógio”, cuja criação e início de movimento ocorriam através de uma figura divina, o que mostra a influência da Igreja, responsável também por “dar corda” a fim de que a sociedade se mantivesse em funcionamento. Passada esta visão de tons mecanicistas, com o advento da biologia como disciplina científica, o relógio sai de cena para dar espaço a uma comparação da sociedade com um organismo vivo, sistema este formado por vários órgãos, cada um deles possuindo uma função específica e delimitada, o que concorre para um bom e adequado funcionamento de todo o corpo humano. Assim, a noção da sociedade enquanto “corpo social” toma os ares do século XIX e afirma, para cada cidadão, um espaço na sociedade, onde ele tem uma participação pré-determinada. Caso ocorra discordância entre a realização das funções dos cidadãos, cabe ao Estado intervir, corrigir aquilo que não está de acordo, a fim de retomar o estado original de funcionamento, considerado normal.

Assim, aqueles jovens do Rio e de São Paulo, segundo o raciocínio da época, acabavam perturbando a ordem social e os bons costumes ao portarem uma sexualidade que estaria “fora” daquelas já existentes – masculinidade e feminilidade –, cabendo então ao Estado uma intervenção que visasse ao bem moral da sociedade.

Este ideário não é encontrado apenas no âmbito do discurso político ditado pelo Estado. A ciência também teve uma parcela de participação na execução de esforços pela manutenção de valores morais tradicionais na

sociedade. Entre os estudos realizados por Pereira (1994), percebem-se semelhanças entre os pesquisadores quanto à abordagem do tema da homossexualidade. Como exemplo, destaca-se uma certa aproximação entre o conhecimento produzido por médicos e os preconceitos cultivados pelo cotidiano da sociedade, além da rediscussão da redução da responsabilidade penal para o homossexual, pois este passa a ser visto como tendo um comprometimento psíquico. Assim, a medicina vai sofrendo mudanças relacionadas ao seu papel de referência no Estado, supostamente em prol da sociedade, chegando a ser representada como instrumento ou função “divina”. Trevisan (2000) entende que o pensamento médico, frente a algumas práticas sexuais, situa-se dentro de uma conduta homofóbica, sustentada pelas elites, que se caracterizam por uma tendência para a hegemonia de um modelo tradicional da sociedade e da família.

Outro aspecto do contexto político que nos ajuda a entender alguns dos caminhos percorridos pela medicina na área da sexualidade aponta para o pensamento nacionalista, vinculado com a política do Estado Novo. Pereira (1994) afirma que esta apontava para uma “vida política e intelectual brasileira (...) cada vez mais impregnada por valores e idéias que se afirmariam mais radicalmente (...) como projeto de modernização autoritária” (p. 95).

Tendo em vista que nesta época surge a diferenciação entre invertido – aquele que já nasce com a “necessidade de homossexualidade” – e pervertido – aquele que é sexualmente normal –, a diferenciação crime-doença ganha mais consistência (cf. GREEN, 2000). O invertido nasceu homossexual, ou seja, a homossexualidade faz parte de sua natureza e é vista como uma anomalia, doença, o que o isenta de qualquer responsabilidade sobre possível ato infracional. Já o pervertido, caso tenha

um comportamento que viole os direitos de outros, este é visto como algo imoral e, sendo possível seu controle, será encarado como crime.

Assim, a medicina legal ganha espaço para atuar na medicalização e defender os interesses de uma política social e moral. As políticas públicas faziam referência a questões sexuais propondo que, caso fosse diagnosticada a perversão, os médicos, com a ajuda da polícia, deveriam encaminhar o indivíduo para uma instituição a fim de dar seqüência a pesquisas que buscavam relacionar homossexualismo a causas biológicas e sociais.

A partir da década de 1940, podemos definir como legado do pensamento médico, mesmo com a diminuição dos escritos sobre a homossexualidade, a popularização e divulgação de seus conceitos acerca de práticas sexuais “imorais”, no intuito de educar a sociedade e alertá-la do perigo daquelas práticas.

Neste processo de produção e publicação de idéias acerca da sexualidade, salientamos a diferenciação entre o que então se entendia por homossexual no Brasil e na Europa. Baseado na simples escolha de um objeto sexual – um homem escolhendo outro para relacionar-se sexualmente –, os sexólogos europeus classificavam ambos como homossexuais, de modo que a homossexualidade passava a ter características próprias e fixas, sendo portadora de uma “essência única”. Em contrapartida, no Brasil, os autores optavam por defini-la como um “comportamento predeterminado para gêneros específicos e (...) papéis sexuais hierárquicos” (GREEN, 2000: 238). O homossexual era aquele indivíduo com conduta efeminada – o que se aproxima da representação tradicional da mulher – e que, durante a relação sexual, exercia uma “passividade anal”. O fato de manter suas

características masculinas caracterizava o parceiro como um homossexual, não partilhando, portanto, da mesma “essência” do último.

A medicina intervém: estratégias médicas

A linha de atuação da medicina quanto ao tema da homossexualidade implicava o tratamento. No final do século XIX e no decorrer do XX, a medicina buscava reeducar o indivíduo para que este apresentasse condutas e comportamentos ditos característicos dos gêneros (masculino e feminino). A metodologia para tanto utilizava técnicas que forçavam as pessoas a adotar hábitos que estivessem “de acordo com sua sexualidade”, assim como privilegiava o uso de medicamentos no controle hormonal.

Uma publicação muito utilizada, o “Guia da Medicina Homeopática”, do Dr. Nilo Cairo, exercia grande influência entre os homeopatas desde o início do século XX. Na sua linha, com o passar do tempo, práticas medicinais alternativas foram surgindo, como yoga, do-in e a fitoterapia, além do desaconselhamento da ingestão de “alimentos doces e artificiais”, a fim de se evitar a homossexualidade.

Segundo o Dr. Pires de Almeida, médico-higienista, o tratamento para esta anomalia consistia na reeducação de hábitos através do uso de métodos variados. Para os meninos, o tratamento tinha caráter profilático e seu início se dava na época do colegial, evitando-se o contato com outros rapazes vistos como “tarados”, além de proclamar o emprego de discursos persuasivos no intuito de atizar o desejo pelo sexo oposto. Já para homens adultos, a promoção de encontros com mulheres nuas, a leitura de romances

e a contratação de prostitutas estrangeiras para o Rio de Janeiro somavam-se à lista de estratégias que objetivavam trazer o indivíduo à normalidade.

Ainda como medida preventiva, a educação buscava reiterar “a virilidade” e ensinar “o respeito pela sociedade” (TREVISAN, 2000: 188). Constatando-se a doença, alguns médicos, dentre eles o médico-legista Aldo Sinisgalli⁴, procuravam, através de aplicações de sucos de órgãos de animais nos indivíduos logo após a puberdade, a correção do funcionamento de glândulas de secreção interna, esperando, com isto, a potencialização de traços físicos, reforçando a virilidade e apoiando a natureza no combate ao desvio.

Sinisgalli reforçava o coro pela constituição de uma instituição que curasse o pederasta, de maneira, num primeiro momento, a afastá-lo do convívio social, e a seguir, a devidamente promover a reabilitação. Entretanto, Green (2000) adverte que tal proposta terapêutica era voltada apenas à classe média, sobrando para as classes mais pobres contentar-se com prisões – método isento de explicação científica.

Textos das primeiras décadas do século XX revelam a preocupação e o medo de que o homossexualismo ferisse a higiene moral, saúde, ordenação social e estrutura familiar. Aguardando, assim, uma atuação coercitiva mais enérgica do Estado, médicos buscavam novos tratamentos, como fez o Dr. Pacheco e Silva, diretor do Sanatório Pinel (São Paulo), introduzindo na lista de alternativas terapêuticas o eletrochoque de baixa intensidade como método de cura.

Podemos considerar que todo este processo culmina na década de 1970, quando o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-III), elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), inclui em seu texto a classificação do homossexualismo como doença. Isto,

contudo, ocorre em um contexto de grandes transformações, caracterizado por uma crise do pensamento moderno que leva ao “esgotamento histórico-político-epistemológico do modelo médico de compreensão da ‘homossexualidade’” (PEREIRA, 1994: 101). Assim, torna-se possível o surgimento de um campo de ordenamento e reflexão, o que implica “a abertura de um horizonte epistemológico a partir do qual novas categorias de análise permitiriam recortes diferentes dos disponíveis até hoje” (ibidem: 103).

Da mesma forma, surgem as condições que possibilitam que os movimentos homossexuais se revoltam contra a classificação psiquiátrica da homossexualidade, buscando a sua reformulação. Tal empenho obteve êxito no ano de 1980, com a retirada do homossexualismo do quadro de doenças. Isto, contudo, provavelmente reflete também a mudança no paradigma nosológico da psiquiatria, não mais trabalhando com grandes síndromes que supõem uma essência não visível, mas com transtornos específicos. Como exemplo, encontramos o conceito de transexualidade, classificado pelo Código Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde, em versões anteriores, dentro do grupo de “Desvios e transtornos sexuais”. Atualmente, o transexualismo é visto pelo CID-10, sob o número F.64.0, como “Distúrbio de Identidade de Gênero – Transtornos da Identidade Sexual” (GID-Gender Identity Disorder), semelhante ao que se encontra no DSM-IV, referência F.64.X. Neste, o transexualismo é definido por um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo viria acompanhado, geralmente, de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Verificamos que essas alterações conceituais apontam para uma psiquiatria que refaz o “diagnóstico” da transexualidade, retirando-a de uma visão nosológica (voltada para a doença) e passando para o transtorno, uma esfera aparentemente mais específica. Embora o foco tenha se alterado, é interessante perceber o quanto alguns antigos princípios responsáveis por dar base ao pensamento médico ainda persistem, como por exemplo, a palavra transtorno. Esta, dicionarizada, portanto fazendo parte da linguagem comum, significa, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1988), “1. Ato ou efeito de transtornar(-se). 2. Contrariedade. 3. Dessarano, **desordem**” (grifo meu).

Um pensamento psicológico sobre a chamada homossexualidade – Jurandir Freire Costa e o homoerotismo

Como foi visto anteriormente, durante a primeira metade do século XX, encontramos a noção da homossexualidade e sua veiculação na sociedade sob forte influência do pensamento médico-científico, após o declínio da explicação religiosa.

Entretanto, a partir de meados do século XX, outras formas de compreensão da relação entre pessoas do mesmo sexo começam a tomar lugar. Seja em decorrência da impossibilidade biológica de justificar teoricamente a origem das diferenças de objeto de interesse sexual, seja em função da prevalência do discurso psicológico, começam a ter lugar outras formas de explicação.

Assim, nos dedicaremos agora a apontar o que o pensamento psicológico tem a nos dizer. Neste sentido, aceitemos o convite do psicanalista e professor Freire Costa (1992), em seu livro *A inocência e o*

vício, e procuremos percorrer com ele os estudos que abordam a questão do homossexualismo.

A justificativa de Freire Costa (1992) para este estudo encontra-se na constatação da crescente importância atribuída a este tema – muito em função do surgimento da AIDS – pela opinião pública. Durante certo período, AIDS e homossexualismo foram vistos como partes integrantes de um mesmo fenômeno, o que colaborou para a descrição e equiparação de “possibilidades de realização afetivo-sexual homoeróticas como doença, anomalia, neurose, perversão, indecência, etc” (p. 20).

Dentro deste tema, Freire Costa (1992) escolhe como ponto de partida a investigação do termo homossexualidade. Esta preocupação baseia-se tanto na escolha propriamente dita do vocábulo “homossexualidade” quanto no que foi construído e associado a esta palavra. Aqui, podemos apontar um questionamento que não tinha seu espaço entre as teorias médico-científicas dos séculos anteriores. Por mais que tal termo fosse utilizado na definição e tratamento do homossexualismo na época, estava fora de indagação a relação e identificação mais amplas entre o termo utilizado e as formas de comportamento atribuídas aos indivíduos.

Freire Costa (1992) inicia seu livro pontuando a criação e reprodução de subjetividades a partir de um movimento que se dá no campo do vocabulário, na atividade da linguagem, cujo objetivo nos remete à criação de “laços discursivos entre os sujeitos e/ou eles e as coisas e estados de coisas ao redor, de modo a estruturar um universo de sentido minimamente compatível com a sobrevivência dos humanos” (p. 15).

Por outro lado, as regras sociais formadoras da cultura de um povo surgem como peças estruturantes de suas subjetividades, incluindo as

condutas morais, que se formam baseadas em ideais morais respeitados pela sociedade. Desta maneira, encontraremos aqueles que estarão enquadrados num tipo de conduta aceitável pelos outros, enquanto outros estarão subjugados e à margem de todo e qualquer ideal social. Segundo Freire Costa (1992), esta dinâmica encontra respaldo na necessidade de uma “estabilidade da cultura” que se dá “às custas de diferenças e oposições ao que não é idêntico” (p. 19), de modo que o reconhecimento da identidade ocorre pela distinção da antinorma e daquilo que não é ideal.

Assim, encontramos, na visão de Freire Costa (1992), dois grandes movimentos responsáveis pelo aparecimento de novos modos de conduta social: a “palavra” enquanto meio e fonte para a germinação de pequenos ensaios, esboços de subjetividades, e a estruturação destas a partir de referenciais acariciados pela sociedade e pertencentes ao *Zeitgeist* da época. Neste sentido, “falar” sobre um determinado comportamento precisa vir acompanhado de um mínimo de preocupação em contemplar as particularidades desta subjetividade, tal como perceber os princípios do contexto social em que se insere.

Atento ao fato da discriminação que há contra o indivíduo reconhecido como homossexual (e, conseqüentemente, contra os termos “homossexualismo” e “homossexualidade”), Freire Costa (1992) faz a opção pelo uso do termo *homoerotismo*⁵ por três motivos. Primeiramente, devido a uma questão de ordem teórica: a palavra homoerotismo possibilita uma noção mais flexível, abrangendo de modo mais amplo a “pluralidade das práticas ou desejos dos homens *same-sex oriented*” (p. 21). Portanto, homoerotismo refere-se “à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (p. 22).

Baseado na proposta de Parker⁶, o autor afirma que a vantagem do uso do termo homoerotismo reside no fato de trazer à tona uma oposição entre erotismo e sexualidade. Esta representaria um constructo teórico e situar-se-ia apenas dentro de uma racionalidade científica, enquanto o erotismo seria definido por uma experiência erótica cujos prazeres não se comprometeriam, necessariamente, com uma moral científica.

Em segundo lugar, a crítica ao uso do termo homossexual baseia-se na permanência de um forte comprometimento com o contexto médico-legal, dentre outras áreas da ciência, construído a partir do século XIX. A presença da palavra “homossexual” ainda traz à tona toda uma crença preconceituosa, pelo fato de ter sido “uma personagem imaginária com a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade requerido pela família burguesa oitocentista” (p. 24).

E, por último, o vocábulo “homossexualidade” está implicado em uma certa dicotomia que faz verso e oposição ao termo heterossexualidade. Neste ponto, portanto, o que se questiona é a simplicidade com que tal classificação é dita e reafirmada, além de supô-la possível para a reunião de características e traços que apontem para um tipo/gênero humano. Conseqüentemente, a simples categorização do homossexual acaba por tornar pública toda a sua expressão da sexualidade e nos faz sentir “no direito” de resumir a sua subjetividade a um mero conjunto de práticas sexuais.

Interessante é observar o quanto as diferenças e a oposição foram – ou ainda são – um caminho utilizado pela ciência para construir conceitos e definições. Uziel (1999) afirma que tal raciocínio permeia muito do que se atribuía às figuras masculina e feminina. A delimitação da oposição entre os sexos tornou-se um referencial na construção de “realidades subjetivas e

objetivas” (p. 24), compreendidas como unicamente pertencentes a cada um dos gêneros.

Assim, com a preocupação acerca de um termo mais adequado, Freire Costa (1992) busca uma atribuição à expressão erótica, especificamente a homoerótica, mais próxima daquilo que é vivenciado nas relações entre pessoas do mesmo sexo biológico. Inicia o capítulo *Os amores que não se deixam dizer* citando Peter Gay, acerca da biografia de Albert Dodd. Jovem cidadão da Nova Inglaterra, primeira metade do século XIX, Dodd dedicava parte de seu tempo a escrever cartas de amor para alguns homens e mulheres. Toda essa expressão fazia uso de uma linguagem particular à vivência de Dodd, justificada por sua afetividade e pelo seu modo de se relacionar com outras pessoas. É impensável, portanto, esperar que o “dizer” sobre este amor se submetesse aos contornos da definição de “homossexualidade”, desde o simples fato de que tal termo inexistia na época.

Por trás dos primeiros investimentos da ciência quanto a “esta sexualidade”, datados do século XIX, observa-se que a burguesia mostrava-se pouco flexível e incompreensiva diante de formas outras de condutas eróticas. A “sexualidade” burguesa deixava de privilegiar estas expressões amorosas, que corriam “por fora” do que era considerado “tradicional”.

Verificando que determinado tipo de conduta erótica, talvez tida como rebelde e indiferenciada, escapava às linhas de definição do que era aceitável, a burguesia respondia a este intento por meio da tentativa de controle destas expressões. Um dos dispositivos encontrados foi a transformação de um modo de erotismo, no caso o homoerotismo, numa conduta definida como homossexualismo, caracterizado como aberrante e anormal. Neste sentido, Freire Costa (1992) se propõe a investigar a

utilização do termo homossexualismo para definir o que se entende como um tipo e prática de erotismo, a partir da elaboração do tema na literatura e sua interação com outros saberes contemporâneos, na passagem do século XIX para o XX.

Assim, nosso autor estuda, inicialmente, os trabalhos de Balzac, como os romances *Comédia Humana*, *Ilusões Perdidas* e *Esplendores e misérias das cortesãs*. Nestes, o homossexual surge como uma figura forada-lei, alguém de um conformismo burguês. Encontrando o conceito de “homossexual” atravessado por estas idéias, Freire Costa (1992) aponta a imediata associação entre anticonvencionalismo sexual e rebeldia moral como um dos elementos responsáveis pela construção de uma pretensa identidade homossexual, o que acaba por colocar o “homossexual” como moralmente subversivo. Por outro lado, verifica-se uma faceta positiva na visão sobre o homossexual quando lhe atribuem caracteres revolucionários e anticonformistas, o que servirá de base para a literatura militante e os movimentos *gay*, na segunda metade do século XX. Assim, diante desta imagem criada ao redor do “homossexual”, Freire Costa (1992) adverte quanto ao fato da elaboração de uma identidade homossexual fixa colocar em risco a pluralidade da experiência homoerótica.

Outra leitura permite a Freire Costa perceber a expressão de um homoerotismo constituído a partir da aproximação e troca entre o âmbito da natureza humana e o do social. Através da narrativa de Adolfo Caminha, em *Bom-Crioulo*, o autor entende que está presente o pressuposto de que a organização dada à natureza animal existente no homem determinará sua posição enquanto ser social ou anti-social. Entregue aos apelos da carne e submetido às ordens do instinto, o personagem do romance de Caminha objetivava satisfazer seus próprios desejos, o que acaba por reforçar, dentro

da visão predominante do naturalismo, o homossexualismo numa posição de conduta anti-social.

Outro autor analisado por Freire Costa (1992) é Marcel Proust. Influenciado pelas leis evolucionistas de Darwin e pelas teorias sexológicas de autores alemães, Proust já nos apresenta um homossexual cuja linhagem inicia-se no castigo dado por Deus aos habitantes de Sodoma e nos seres platônicos imaginados por Aristófanes, em *Banquete*. Assim, a imagem do homossexual recebe tanto os traços de depravação e perversão quanto os de vítima da ação dos deuses. Tal ilustração também seria utilizada para justificar os intentos dos movimentos *gay*, no século XX, buscando uma integração e um sentimento de pertencimento a uma comunidade homoerótica, de modo que tais indivíduos aceitassem “um só passado, uma só herança cultural e, por fim, uma só identidade de desejos e aspirações” (p. 50).

Na análise de Gide, Freire Costa (1992) nos mostra um homem em relação direta com Deus e com um grande conflito dentro de si. Assim, tendo em vista as normas morais basearem-se nas leis naturais, a dúvida e as várias opções morais conflitantes acabam por mergulhar o homem num imenso estado de angústia diante da temática do sexo. Ele se vê infeliz, numa terrível crise de consciência, diante dos caminhos que levam ao pecado ou à virtude, ao bem ou ao mal.

Finalizando esta breve apresentação de autores e de suas diversas visões, pensando ainda na construção da fantasia do homossexual moderno, Freire Costa (1992) aponta que sua origem pode vir da figura do exótico e do excêntrico. Levando-se em conta a superioridade da classe burguesa, branca, civilizada, metropolitana e colonizadora, em pleno século XIX, suas inclinações aos desejos homoeróticos eram aceitas sem qualquer

manifestação de rechaço, o que lhe permitia despir-se dos “bons modos e restrições morais” (p. 53). Diferente destas permissões condicionadas à hierarquia social, as classes formadas por colonizados e aqueles que não detinham qualquer poder social contentavam-se com a crítica severa e coercitiva sobre suas condutas eróticas, vistas como pecaminosas e em falta para com os princípios morais. Além disto, a excentricidade homoerótica tinha sua dignidade afirmada e concebida nos grandes salões de festa e nos saraus literários pelo simples fato de ser encarada como um ato de liberdade em prol do lazer da classe.

Todos os romances abordados por Freire Costa revelam indivíduos inclinados homoeroticamente e sobre os quais a narrativa sempre termina apontando a posição que irão – ou terão que – assumir frente à sociedade. Este posicionamento acabará por lhes atribuir uma identidade, delimitando sua conduta dentro da perversão, ou do pecado, da postura anti-social, ou até mesmo do pertencimento a um grupo que compartilha afetos em comum. Neste sentido, concordamos com Uziel (1999) quando afirma que “na época vitoriana, o erotismo envolvia relacionamentos sociais” (p.23).

Observando de outro ponto de vista, é importante frisar que, ao mesmo tempo em que o século XIX serviu de palco para o surgimento destes romances, nele aparecem também os primeiros escritos médicos apoiados num pensamento psicológico. No caso específico do Brasil, em diversas teses de doutoramento das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, percebemos um interesse pelos fenômenos morais e uma nova análise sobre a localização dos atributos da alma e seu eventual adoecimento, o que nos revela novos caminhos traçados pela ciência no percurso do controle e tratamento da natureza humana. Somado a este quadro, vemos também um número representativo de trabalhos médicos

sobre temáticas psicológicas, além de a aplicação hospitalar e social de técnicas psicológicas constar entre as atividades médicas.

Sem que houvesse uma pretensão declarada, as idéias e afirmativas produzidas tanto pelos escritos literários como pelo pensamento médico são, aos poucos, atravessadas por idéias psicológicas e acabam por, de algum modo, cooperar para a construção de uma “homossexualidade”. Na ausência de um modelo de “homossexualidade única”, verificamos então movimentos diversos e aparentemente independentes de afirmativas sobre “esta sexualidade”, ora retratando suas expressões através do comportamento, ora indagando sobre uma natureza, seja perversa ou de boa índole. Enfim, aspectos que levam à construção do conceito de homossexualidade.

O homoerotismo de Proust

Freire Costa (1992) dá um destaque maior aos ensaios e livros de Marcel Proust que tratam o tema do “homossexualismo” – *A raça maldita e Sodoma e Gomorra I*. Ao lado de Gide, Proust foi um autor de grande relevância para nutrir a idéia de uma natureza humana que divide os homens em “homossexuais” e “heterossexuais”, o que contribuiu para o aparecimento de um “tipo humano homossexual”. Embora Gide expressasse de modo sincero seus anseios e experiências homoeróticas e Proust dissimulasse seus desejos de modo a preservar-se contra possíveis críticas, os escritos de ambos fizeram uso de uma linguagem e um vocabulário cujo efeito sentimos até os dias de hoje, e que respondiam por uma suposta realidade psicológica marcada por afetos e expressões homoeróticas.

O início do século XX traz a marca do conflito vivido por Proust entre as memórias de sua infância e juventude, marcadas pelas convenções burguesas, representadas pela “competição, mobilidade e individualidade, e pelo culto à intimidade da vida privada e aos valores da pequena família nuclear” (FREIRE COSTA, 1992: 107-8), e a rigidez de uma aristocracia renomada pela tradição e rituais de inclusão social.

O século XIX apresentou uma burguesia e uma aristocracia carentes de maior nível de prestígio nos campos da política, da economia e da sociedade. Limitadas a taciturnas expressões de seus poderes – o que implicava a ausência de um amplo e consistente reconhecimento por parte das classes desfavorecidas –, ambas buscavam formas de sustentar uma imagem digna de classe forte, potente e superior, fazendo perdurar o seu poderio e mantendo submissos e excluídos “os condenados da terra e os explorados das cidades” (ibidem: 111).

Como exemplo, encontramos uma classe social denominada Faubourg⁷, caracterizada, segundo Freire Costa (1992), pela ausência de “função ou sentido históricos”, pela ostentação de vaidades, além de uma monotonia e previsibilidade nas condutas, levando, assim, a uma grande inutilidade social. Uma forma de manutenção desta realidade era o uso do assoalho dos grandes salões, tomado como palco para cultivar e acirrar a disputa, restrita a locais de acesso da aristocracia, pela “presença de celebridades da cultura e das artes ou de obscuros exemplares de vidas exóticas” (p. 112).

Segundo Freire Costa (1992), Proust, situado neste contexto, constrói um homoerotismo que

apresentava o ‘invertido’ mascarado de aristocrata torpe ou burguês arrivista, para desmoralizar o Faubourg, e aceitava simultaneamente as premissas sociais que repudiava, associando

‘inversão’ ao mundo dos ocos. Suas personagens eram vítimas ou algozes, conforme o ângulo visto, mas por qualquer perspectiva continuavam sitiadas por ódio, ressentimento e humilhação (p. 113).

Nas palavras de Proust, para que a “inversão” fosse aceita pela sociedade, sua definição tinha de passar pelos “jargões naturalistas da época”, aproximando-se de termos como doença, desvio, “dado de hereditariedade” e “qualidade de uma raça”. Assim, buscando amparo no pensamento médico-científico, Proust tratava como inocente o homoerotismo, trazendo sobre sua cabeça a remissão e livrando-o da horrenda máscara do crime, do vício e da sarjeta.

A crítica apresentada por Freire Costa (1992) aponta duas faces no tratamento dado por Proust à inversão. Ressalta-se um aspecto positivo quando avistamos ares de inocência, remissão e de amores intensos e dignos. Por outro lado, tais amores ainda são saciados no campo das práticas proibidas e necessariamente ocultas, o que retrata um quadro de irresponsabilidade, inconseqüência e coerção dos instintos, todas vinculadas à vergonha e à culpa. Assim, o invertido poderia ora assumir uma imagem virtuosa, ora estar mergulhado em puro pecado.

Percebemos que os escritos de Proust também mostram uma aproximação entre a literatura e o pensamento médico-científico, ou seja, representam, na literatura, o que tal pensamento, norteado pelas idéias essencialistas, sustenta a respeito da relação entre pessoas do mesmo sexo, apresentando o homossexual – figura então constituída – não só como “imoral” mas como portador de possibilidades artísticas.

Conclusão

Após este pequeno estudo sobre a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, utilizando como recorte temporal os séculos XIX e XX, é possível verificar com clareza como tal expressão humana se inscreve numa construção histórica e social. Os vários termos utilizados para a definição deste tipo de relação, os muitos aspectos atribuídos a tais indivíduos e as várias ciências, literaturas e instituições que se dedicaram a pesquisas neste campo, revelam uma “homossexualidade” discutida e interpretada a várias mãos e, assim, apresentam uma diversidade que caracteriza o modo como esta temática foi tratada e conduzida ao longo dos anos.

Dentro desta diversidade, avistamos elementos que ressurgem constantemente na história da homossexualidade e nos ajudam a melhor visualizar os caminhos percorridos em sua construção. Destacamos aqui a questão da identidade, que aparece nos escritos como meio para aglutinar, numa “terminologia mais adequada”, os caracteres pertinentes à figura do homossexual.

As palavras *erastes* e *erômenos* tinham os seus sentidos registrados no contexto político e social da Grécia Antiga, sempre reportadas a uma questão de uso e reafirmação de poder, para um, e associadas à formação da cidadania e caráter, para o outro. Vários séculos depois, a denominação *homossexual* surge na tentativa de abarcar como forma única um tipo de relação humana cujos aspectos fisiológicos, comportamentais, relacionados à estrutura corpórea, dentre outros, seriam presumidamente passíveis de homogeneização. Já o *gay* traz em seu nome a bandeira de uma luta por direitos, traduzida em uma militância baseada na igualdade e em uma noção moderna de cidadania.

Homossexual, invertido, gay, entre outros termos, têm – ou tiveram – seu sentido marcado pelas características de sua época. Logo, todo e qualquer estudo comparativo entre eles necessita incluir na análise o contexto social, político e econômico. Além disso, a simples inclusão de um grupo de afetos e sentimentos num destes termos corre invariavelmente o risco de desconsiderar a experiência, a subjetividade.

Outro ponto a ser destacado remete às várias representações utilizadas quando nos dedicamos a um estudo sobre a homossexualidade. Dentre estas, mencionamos: a dicotomia ativo/passivo nas relações sexuais; os interesses por determinadas profissões ou outras atividades, como as relativas à arte; a presença de qualidades físicas e comportamentais, entre outros pontos. A presença destes itens não somente indica a direção seguida pelas teorias, como também a quais interesses e sentidos servem. Quando afirmamos que o homem adulto que assumia posição passiva na relação com outro homem era encarado como submisso e inferior, tal idéia nos remete a uma relação de poder e hierarquia social. Como aproximar esta noção, então, da noção de passividade existente no Brasil, em pleno século XX, esta vista hoje em dia ainda como traço de feminilidade e determinante na afirmação da homossexualidade (ou não) de um indivíduo?

As mudanças ocorridas nas diversas áreas da ciência, notadamente na das ciências humanas e sociais, mais permeáveis às transformações culturais, também são responsáveis pelas alterações observadas no uso do termo homossexualidade. Em outros tempos, víamos o pensamento médico ora atrelado ao direito criminal, ora inclinado às políticas públicas de planejamento e desenvolvimento social. Se hoje encontramos o pensamento psicológico envolvido em estudos sobre a sexualidade humana, torna-se imprescindível lembrar que a psicologia é uma ciência recente e que suas

pesquisas ainda carecem de remontar e comparar os diferentes entendimentos sobre a relação sexual entre seres do mesmo sexo biológico.

As leituras realizadas também indicam áreas não contempladas neste artigo. Um primeiro exemplo seria a psicanálise, proposta como linha de abordagem por alguns autores, como o próprio Jurandir Freire Costa, aqui utilizado a partir de sua abordagem historiográfica. Seria bastante interessante e profícuo aprofundar o tema da perspectiva psicanalítica em trabalhos futuros.

Através dos escritos de Freire Costa e Terto Júnior, por outro lado, verifica-se que o surgimento da AIDS e sua veiculação na opinião pública constituem-se como fatores que recolocam em discussão a homossexualidade. A preocupação com a doença, juntamente com planos de prevenção e tratamento, fizeram – ou ainda fazem – dos homossexuais um grupo cujas práticas amorosas são geralmente entendidas como cooperando, e muito, na disseminação da AIDS, com riscos vitais. Assim, embora não fizesse parte dos objetivos deste artigo, uma melhor apreciação sobre a AIDS e suas relações com a abordagem da homossexualidade torna-se de grande valia para futuros estudos.

Uma idéia adicional seria, ainda, estudar o que as Escrituras Sagradas têm a oferecer sobre o tema, acompanhando tal estudo das abordagens elaboradas atualmente por escritores religiosos, padres e teólogos. Como ainda deitam suas sombras sobre os livros de sexualidade e sobre os simpósios científicos destinados a tal abordagem?

Enfim, o autor deste trabalho sabe muito bem que suas linhas se inscrevem dentro de um estudo maior sobre a homossexualidade. O encontro e o embate entre áreas afins – e não tão afins assim – para a continuação deste estudo têm mais uma vez seu momento de importância

renovado. Desta forma, não poderia terminar este pequeno artigo de outro modo senão com a satisfação por realizar um estudo de grande relevância e atualidade, além de com um desejo pelo desdobramento da temática, talvez usufruindo, no futuro, uma diversidade maior de ferramentas teóricas.

Referências Bibliográficas

- FREIRE COSTA, J. S. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- FREIRE COSTA, J. S. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FREIRE COSTA, J. S. Os gregos antigos e o prazer homoerótico. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno MAIS!, 01 de maio de 1994, p. 6.
- FREIRE COSTA, J. S. A construção cultural da diferença entre os sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Ano 2, Número 3, junho de 1995, pp. 3-8.
- FREIRE COSTA, J. S. Homossexualismo/homoerotismo. *Jornal do Comércio*, 6 de outubro de 1992, Pernambuco. Publicada no livro *A ética e o espelho da cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 113-116.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PEREIRA, C. A. M., HERSCHMANN, M. M. (orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- POLLAK, M. “A homossexualidade masculina ou: a felicidade no gueto?” Em: ARIÉS, P.; BEJIN, A. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais – Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- SALLES, C. *Nos submundos da Antiguidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- TERTO JÚNIOR, V. de S. *Reinventando a vida: histórias sobre homossexualidade e AIDS no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro:Record, 2000.

UZIEL, A. P. Sexualidades e incertezas. *Saúde, Sexo e Educação*, Revista do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, Rio de Janeiro, ano 6, No. 17, 1999.

VEYNE, P. “A homossexualidade em Roma”. Em: ARIÊS, P.; BEJIN, A. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais – Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, 2ed.

Jessé Guimarães da Silva é Psicólogo e aluno do Curso de Licenciatura da Faculdade de Educação da UERJ.
E-mail: jguimaraessilva@yahoo.com.br

¹ Leonídio Ribeiro foi médico, lecionando em faculdades de medicina como as do Rio de Janeiro, Niterói e Paris. Criou e dirigiu o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Publicou vários trabalhos na área da medicina legal e criminologia, dentre os quais *Direito de curar* (1932), *Medicina Legal* (1933) e *Antropologia Criminal* (1938).

² Termo criado pelo jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs, baseado no livro de Platão, *O Banquete*, no qual é narrada a história do amor de Vênus (ou Afrodite) Urânia, compartilhado apenas pelos machos, que procuravam somente por aqueles que fossem másculos.

³ Afrânio Peixoto, nascido em Lençóis, BA, formou-se como médico legista em Salvador. Foi inspetor de Saúde Pública (1902), Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904) e professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907).

⁴ Membro do Instituto de Criminologia de São Paulo.

⁵ Cabe ressaltar que este termo foi utilizado pelo psicanalista húngaro Sandor Freud, no final do século XIX e início de XX, motivado pela insuficiência da palavra “homossexual” diante da “diversidade das experiências psíquicas dos sujeitos homoeroticamente inclinados” (p. 43).

⁶ Richard Parker é professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e secretário geral da Associação Brasileira Interdisciplinar da AIDS (ABIA) Entre suas publicações, destaque *Beneath the Equator: Cultures of Desire, Male Homosexuality and Emerging Gay Communities in Brazil* (Routledge, 1998). Juntamente com

Veriano Terto Jr., organizou a coletânea *Entre Homens: Homossexualidade e AIDS no Brasil* (ABIA, 1998).

⁷ Localidades de Paris onde se situam os *hôtels* (moradias dos nobres de alta estirpe) e residências da alta burguesia.